

O CURSO DE PEDAGOGIA DA UEG EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO, BNC FORMAÇÃO E REFORMA INSTITUCIONAL¹

Paula Cinthya Silva Cintra²
Renata Ramos da Silva Carvalho³
Valdirene Alves de Oliveira⁴

RESUMO

O trabalho versa sobre os estudos em andamento sobre a adequação da matriz curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em 2020, com o intuito de compreender o movimento da política de formação do pedagogo nesse contexto de Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Os elementos teórico-metodológicos sustentam-se na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. O processo de adequação empreendeu diversas lutas e os resultados parciais podem sinalizar tanto poder do Estado, em face à reforma institucional, quanto fragilidade na autonomia da UEG.

Palavras-chave: Docência; Currículo; Políticas Educacionais.

O presente texto é oriundo de uma pesquisa em andamento intitulada “A reforma do ensino médio e a BNC para a formação inicial docente na abordagem do ciclo de políticas”, cadastrada⁵ junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEG e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Unidade Universitária (UnU) de Inhumas. A este estudo já estiveram vinculados dois planos de trabalho de iniciação científica e atualmente há uma pesquisa de mestrado do PPGE/UEG/Inhumas.

¹ O trabalho é oriundo de um projeto de pesquisa.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás - GO, paula.cintra@aluno.ueg.br ;

³ Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás - GO, renata.ramos@ueg.br ;

⁴ Professor orientador: Dra., Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás - GO, valdirene.oliveira@ueg.br .

⁵ O projeto está sob a coordenação da Profa. Dra. Valdirene Alves de Oliveira, conta com a colaboração da Profa. Dra. Renata Ramos da Silva Carvalho e da mestranda Paula Cinthya Silva Cintra.

No desenvolvimento da investigação alguns questionamentos já foram contemplados⁶, por exemplo, quanto à relação entre a BNC-Formação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial quanto ao projeto formativo delineados nesses projetos e sua relação com as premissas neoliberais.

As considerações apresentadas no presente trabalho lançam um olhar sobre a atuação da UEG na formação docente, com relevo para o curso de Pedagogia, sob os auspícios da BNC-Formação (BRASIL, 2019) e da BNCC (BRASIL, 2017). Com essas premissas, almeja-se problematizar o curso de Pedagogia desta instituição, entendendo sua trama relacional e disposicional (BOURDIEU, 1989), no campo da educação superior⁷ em Goiás, que por sua vez vive os desdobramentos da reforma institucional promovida pelo Governo Caiado, responsável pelo redesenho da instituição, inclusive definindo um novo Estatuto, em janeiro de 2020.

A UEG é uma instituição de educação superior, instituída pela Lei Estadual n.º 13.456 (GOIÁS, 1999) em 1999, transformando a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e mais 28 faculdades isoladas em UEG. Essa instituição se estruturou como *multicampi* em um processo de interiorização, umas das razões foi o aumento de unidades em diversos municípios (SILVA, 2008). Atualmente a UEG está presente em quarenta municípios, em forma de Câmpus ou Unidade Universitária, ofertando quarenta e quatro cursos. Dentre esses municípios, dezessete ofertam o curso de Pedagogia presencial, distribuídos no interior de Goiás, nos oito Câmpus da instituição: Norte, Nordeste, Cora Coralina, Central, Oeste, Metropolitano, Sudoeste e Sudeste.

As análises empreendidas, pelos estudos de Silva e Silva (2020) e Souza (2021), no tocante à atual reforma institucional, viabilizam o entendimento inicial dos nexos relacionais da ação empreendida pelos agentes políticos, em prol de uma docência entendida no arcabouço da BNC e BNCC, sob a incerteza de não acontecer o vestibular em 2020, caso não realizassem a unificação da matriz dos cursos de licenciaturas, em face a Resolução n.º 2/2019 (BRASIL, 2019).

⁶ O relatório parcial da pesquisa se encontra no prelo para publicação como capítulo de livro.

⁷ O sentido coaduna com a obra de Hey **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

O Governo Caiado, realizou um redesenho da instituição, desconsiderando sua autonomia e as estratégias de controle realizadas se intensificaram com a instituição de um interventor, indicando um reitor, que inclusive não compunha o quadro da instituição (SILVA; SILVA, 2020).

O novo Estatuto da UEG (GOIÁS, 2020) materializou as ações reformistas, como: criação de cinco Institutos: Educação e Licenciatura; Ciências da Saúde; Ciências Tecnológicas; Ciências Sociais Aplicadas; e Ciências Agrárias; redução de 41 Câmpus para 8 Câmpus e 33 Unidades Universitárias (UnU); retirada de coordenador pedagógico das UnU e instituição de um coordenador central por curso; retirada dos colegiados dos cursos; e a centralização das decisões aos Câmpus.

Pode-se inferir, que a reforma institucional contou com o apoio de muitos membros da própria UEG. Souza (2021) explica que foi um movimento de cima para baixo, que configura um prejuízo à consolidação da autonomia de uma universidade muito jovem, e que inclusive acarretou em riscos para a permanência das licenciaturas. A autora supracitada, dentre outras demandas, sinaliza alterações no Núcleo Docente Estruturante (NDE), como a centralização de suas ações com um único NDE para cada curso de graduação; assim como evidencia, que mesmo com pandemia da COVID-19, em 2020, os NDEs das licenciaturas foram incumbidos de realizar a unificação da matriz, e ressalta que a definição de uma matriz curricular necessita ser antecedida por um Projeto Pedagógico.

Essa dimensão micro da UEG se relaciona com uma dimensão macro. Dessa forma, é importante ressaltar que o neoliberalismo tem intensificado sua dominação simbólica, desde o século XX. A segunda década do século XXI, está se constituindo ineditamente, por meio de mecanismos de forças antipolíticas e antidemocráticas, em razão do alastramento global da extrema direita (BROWN, 2019). Dardot *et al.* (2021) compreendem que a racionalidade neoliberal empreende uma guerra contra a coletividade e os direitos sociais.

Ao sinalizar mecanismos de ataque à coletividade, o neoliberalismo empreende diversas lutas contra as representatividades e a autonomia da instituição. Objetivamente,

a UEG em seu processo de adequação e unificação de matriz curricular do curso de Pedagogia, sem ter sido discutido e definido uma proposta pedagógica das licenciaturas da UEG anteriormente, pelos pares, pode sinalizar fragilidade e sem capital suficiente para disputar o jogo empreendido pelo campo político, em face da reforma institucional.

Posto isto, convém ressaltar que as autoras, do presente texto corroboram com o entendimento que uma proposta pedagógica não se restringe à definição de uma matriz curricular. Todo o processo de elaboração de um projeto de curso de formação docente em uma universidade pública deve ser pautado pelo compromisso social e pela compreensão da docência como uma ação educativa. Assim, compreender esse movimento no campo, em uma IES estadual pode ampliar a compreensão sobre os sentidos e significados da trama atual, do curso de Pedagogia da UEG, em tempos de neoliberalismo, BNC-Formação e reforma institucional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> >. Acesso em: 22 abr. 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo A. C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. Tradução de Márcia P. Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

GOIÁS. Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999. **Organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.** Disponível em: < <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/87085/pdf> >. Acesso em: 21 abr. 2022.

GOIÁS. Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020. **Estatuto da Universidade Estadual de Goiás.** Disponível em: < https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/72508/decreto-9593 >. Acesso em: 21 abr. 2022.

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico:** a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SILVA, A. J. da. **A expansão de Educação Superior em Goiás na intersecção com as políticas públicas do governo estadual.** Universidade de Brasília/UnB. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília, p. 242. 2008. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1468> >. Acesso em: 23 abr. 2022.

SILVA, L. N. da; SILVA, M. E. da. O mapa do retrocesso da interiorização da Educação Superior: a redução da Universidade Estadual de Goiás. **Formação em Movimento**, v. 2, n. 3, p. 292-308, jan./jun. 2020. Disponível em: < <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/589> >. Acesso em: 19 abr. 2022.

SOUZA, F. E. O desmantelamento dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás ante as políticas autoritárias de governos. **Itinerarius Reflectionis**, v. 17, n. 4, p. 01-21, 2021. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/67331> >. Acesso em: 19 abr. 2022.